

Relações entre o público e o privado: influências do setor privado na gestão da educação pública. E agora?

*Relations between the public and the private:
influences of the private sector in the management of
public education. And now?*

Maria Raquel Caetano¹

1. Doutora em Educação (UFRGS), Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSUL) – Campus Charqueadas (RS).
caetanoraquel2013@gmail.com

Resumo: A lógica gerencial presente na reforma do Estado e aprofundada até os dias atuais e as estratégias de gestão privada na educação básica no Brasil, viabilizam e aprofundam a reprodução do capital através da educação e seus reflexos na gestão da educação e da escola. Analisaremos neste artigo como vem ocorrendo a privatização da gestão da educação e da escola pública na proposta de uma parceria entre uma rede de ensino e um instituto privado. Essa forma peculiar de privatização denominou-se endoprivatização que opera através da instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública e da escola. Iremos apresentar como uma instituição privada vem modificando seu foco de atuação, buscando atuar nas redes de ensino no Brasil, visando cumprir as metas do Plano Nacional de Educação com a lógica de um programa privado que altera o conteúdo da educação. Buscamos com esse estudo evidenciar que a lógica de gestão desse Instituto, que se coloca como indutor de políticas públicas no país com uma rede extensa de relações com instituições públicas e privadas, pode imprimir o modelo da empresa privada na educação pública trazendo consequências

profundas para o conteúdo da educação e da escola.

Palavras-chave: Educação. Público e privado. Gestão da educação. Privatização.

Abstract: The managerial logic present in the State reform and deepened until the present day and the strategies of private management in basic education in Brazil, enable and deepen the reproduction of capital through education and its reflexes in the management of education and school. We will analyze in this article how the privatization of education management and the public school has occurred in the proposal of a partnership between a teaching network and a private institute. This peculiar form of privatization was called endoprivatization that operates through the installation of a series of market tools in the very operation of public policy and school. We will present how a private institution has been modifying its focus of action, seeking to act in the educational networks in Brazil, aiming to fulfill the goals of the National Education Plan with the logic of a private program that changes the content of education. We seek to show that the management logic of this Institute, which poses as an inducer of public policies in the country with an extensive network of relations with public and private institutions, can print the model of private enterprise in public education with profound consequences for the content of education and school.

Keywords: Education. Public e private. Education management. Privatization.

Introdução

A educação é mais do que um direito humano e mais que um sistema pelo qual o conhecimento oficial é transmitido e adquirido. É também mais do que um bem público (ROBERTSON, 2012). Para a autora, “é um espaço altamente disputado, de condição pública e potencialmente emancipatória, importante para o nosso futuro, mas cujo próprio poder de decisão acerca desses valores é questionado” (idem, p.299).

Por ser um espaço disputado por visões antagônicas, é cada vez mais crescente a tendência dos governos de introduzir formas de privatização na educação pública ou em setores da educação pública. As diferentes formas de

privatização vêm ocorrendo a partir das “reformas” e/ou como consequência das reformas da gestão pública instituindo as reformas educativas de forma global. É sob o modo de produção capitalista que existe uma tendência histórica à superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial.

Wood (2003, p.8) destaca que “o capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além das fronteiras de qualquer nação-Estado”. Para a autora, o capital precisa do Estado para manter a ordem e garantir as condições de acumulação e não há evidência de que o capital global tenha encontrado um instrumento mais eficaz. Portanto, as reformas se tornam um dos meios fundamentais para a privatização da coisa pública.

As tendências à privatização estão tendo maior ou menor influência nos diferentes países e se concretizam de diferentes formas nos sistemas de educação pública. No Brasil, o Relatório¹ sobre Privatização da Educação na América Latina e Caribe (2012) aponta a atuação do terceiro setor e a presença de negócios transnacionais ligados a setores financeiros e privados tradicionais do país (idem, p.18). Nesse contexto, inserem-se os estudos já realizados no Brasil por Adrião (2014), Peroni (2013), Adrião e Garcia (2014), Oliveira (2009), entre outros.

Peroni² (2013), com a contribuição de pesquisadores na área, aborda as diferentes formas de privatização do público: a filantropia empresarial, o capitalismo social, as redes de políticas globais, consultorias internacionais e parcerias público-privadas e o quanto implicam na garantia dos direitos sociais e da democracia (idem, p.9). Portanto, a educação, como um direito, não pode ser tratada como mercadoria como querem os reformadores. Essas tendências descritas se dão tanto de forma direta, a exprivatização, quanto indireta, a endoprivatização, conforme Ball e Youdell (2008).

1. Este relatório é fruto das discussões do Seminário Internacional sobre Privatização na Educação organizado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) e Open Society, aliança com o Fórum Nacional de Educação de Qualidade para Todos, em que foram discutidas as diferentes faces da privatização da educação na América Latina e Caribe.

2. Ver Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação, 2013.

A segunda dimensão é a endoprivatização, que opera através da instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública. Um dos exemplos de endoprivatização pode ser a transferência do desenvolvimento curricular que é um elemento-chave na definição do ensino à iniciativa privada (BALL; YOUDELL, 2008). A endoprivatização também pode estar relacionada com a contratação de outros serviços privados nas escolas públicas, como, por exemplo, a formação de professores, gestores, a contratação de consultorias educacionais, serviços de avaliação, entre outros (CAETANO, 2015). No âmbito desse texto, abordaremos o contexto da endoprivatização para compreender como opera o Instituto Ayrton Senna em relação à educação e a escola e as influências na gestão.

O Instituto Ayrton Senna

O Instituto Ayrton Senna é uma entidade de assistência social, sob a forma de associação civil, de caráter filantrópico, constituída em novembro de 1994, e presidida por Viviane Senna, irmã do piloto Ayrton Senna. Conforme dados do balanço social 2009, publicados no *site* apresentado, tem por objeto a promoção e o desenvolvimento de projetos culturais, científicos, artísticos, educacionais, sociais, esportivos, beneficentes, de pesquisas e assistenciais com ou sem divulgação, podendo, ainda, promover e praticar todos os atos inerentes e conducentes a esses fins, bem como realizar qualquer atividade a eles relacionada, angariando e administrando fundos com o intuito de atingir esses objetivos. A partir de agora, denominaremos o Instituto Ayrton Senna de IAS.

A missão do Instituto Ayrton Senna, segundo ele próprio, responde ao desafio de criar oportunidades de desenvolvimento humano às novas gerações. Dessa maneira, está contribuindo para que crianças e jovens brasileiros tornem-se cidadãos autônomos, competentes e solidários, orgulhosos da nação que ajudam a construir. Conforme o *site*, o conceito de desenvolvimento humano utilizado pelo IAS surgiu em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugeriu substituir a visão tradicional do termo focado no crescimento da renda e na produtividade de um país por uma abordagem mais ampla.

O IAS “acredita que a educação é a única via capaz de transformar o potencial nato de cada um em competências e habilidades para a vida”. Para tanto, seu trabalho é baseado no princípio dos “Quatro Pilares da Educação para o século 21”, do relatório da UNESCO “Educação - Um Tesouro a Descobrir”, organizado por Jacques Delors.

Foi a partir desses conceitos básicos que o IAS construiu um conjunto de competências para o desenvolvimento de potenciais que definem as capacidades, habilidades, atitudes e valores fundamentais para o século XXI.

O IAS trabalha em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidades e ONGs, ou seja, com os três setores – organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil – para desenvolver políticas públicas em larga escala.

Atualmente o IAS redimensionou seu foco de atuação, passando também a atuar no Programa Educação para o Século 21 cujo objetivo principal é trabalhar as competências sócio-emocionais a partir do Paradigma do Desenvolvimento Humano, proposto pelo PNUD e a publicação do Relatório Delors, organizado pela Unesco. Com apoio dos organismos multilaterais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que passou a produzir conhecimento para apoiar governos e instituições a criarem políticas e práticas voltadas intencionalmente para a promoção dessas competências, com apoio de métodos específicos para este fim, que o IAS estabeleceu relações para desenvolver o programa Educação para o século 21.

É no contexto da privatização do público que fundações, institutos e organizações do terceiro setor avançam nas formas de privatização sobre a educação pública que vêm alterando a maneira como a educação é planejada, organizada, gerida e como o currículo é definido. Também altera a forma como o desempenho dos alunos é avaliado como o caso desse programa.

Em parceria com o portal Porvir, do Instituto Inspirare³, o Instituto Ayrton Senna lançou um portal interativo que apresenta recomendações para desenvolvimento de competências socioemocionais em redes de ensino e

3. O Instituto Inspirare é comandado pela família Gradin, maior acionista da Odebrecht, possui braço como a Brasken e negócios na área de petróleo e gás.

políticas públicas. Traz as experiências do Canadá e das escolas charters americanas como exemplos de boas práticas, bem como transformou a rede pública do Rio de Janeiro em um grande laboratório para seus projetos.

Essas tendências alteram o conteúdo da educação através da formação dos professores; de gestores escolares, dos termos e condições de contratos dos professores; da natureza das atividades das escolas no cotidiano. O investimento pelas empresas privadas na formação dos professores e gestores e a alteração da lógica de gestão, de democrática para gerencial, é um componente chave da maioria das versões de privatização, ameaçando alterar tanto as formas quanto o conteúdo do trabalho na escola, atingindo diretamente a cultura escolar e a relação estabelecida entre professores, alunos e comunidade conforme Caetano (2015).

Instituto Ayrton Senna e o PNE

O Instituto Ayrton Senna se coloca como indutor de políticas públicas no Brasil. Atualmente conta com o apoio do MEC, CAPES, OCDE, Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, PORVIR e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Ao realizar o Fórum Internacional de Políticas Públicas, em São Paulo, em março de 2014, com o apoio do MEC e do INEP, teve como tema “Educar para as competências do Século 21”. Nesse evento ocorreu o Workshop de Competências Socioemocionais em Políticas Públicas em que foi criada a “Rede de Cooperação em Educação para o Século 21, que contou com adesão de 20 redes de ensino no Brasil.

A rede atua em quatro frentes de trabalho: observar metas (com elaboração dos Planos Municipais de Educação, acompanhamento do Plano Nacional de Educação e monitoramento de outros indicadores que os municípios da rede escolham); explorar temas e desafios (assuntos e áreas em que os municípios encontrem mais dificuldades para avançar ou possam trocar boas práticas); produzir conhecimento (com a consolidação e divulgação de produções conjuntas); e garantir inovação (introdução de novos projetos e iniciativas ainda não disseminados).

O papel do Instituto Ayrton Senna na rede é consolidar e divulgar os materiais produzidos, compartilhar conceitos e técnicas elaborados por seus especialistas, envolver os municípios em eventos sobre temas variados em políticas públicas e possibilitar que as escolas recebam pilotos de seus novos projetos ou possam levar a outras redes do Instituto suas próprias iniciativas inovadoras. Um dos focos do programa, é atuar nas redes de ensino no Brasil, a cumprirem as metas do Plano Nacional de Educação e ‘apoiar’ secretarias de educação no alcance de quatro objetivos: universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade (relacionada à Meta 1 do PNE); garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam os anos iniciais do ensino fundamental na idade recomendada, até 2024 (relacionada à Meta 2 do PNE), alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental (relacionada à meta 5 do PNE), reduzir a distorção idade-série para 5%, fomentando a qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (relacionada à meta 7 do PNE).

O IAS atuará especialmente com objetivos em que poderá influenciar o conteúdo das propostas educacionais através do que chama de “ajuda/auxílio” as secretarias de educação na definição de estratégias, formação de profissionais e monitoramento de resultados. A gestão das metas e ações é realizada por um comitê gestor composto por profissionais das diversas equipes da secretaria de educação e da equipe Instituto Ayrton Senna

O Instituto após direcionar suas ações para o cumprimento do PNE, atuará principalmente na quarta meta, oferecendo duas soluções educacionais que operacionaliza metodologias para a redução da distorção idade-série e correção de fluxo através da Solução Acelera Brasil e Solução Se Liga.

Destaca-se que são nichos da educação brasileira em que as instituições privadas estão focando sua atuação, com o discurso de auxílio, ajuda mútua, parceria para ajudar a educação brasileira, e o que chamamos de endoprivatização.

Essas formas de privatização do público, conforme descrevem Ball e Youdell (2008) ocorrem através das consultorias, organização de materiais didáticos oferecidos por esses institutos diretamente aos técnicos das redes, da formação de gestores das secretarias de educação e das escolas. Sobre a atuação

privada na educação, Freitas já observava que

[...] o ensino básico e técnico vai estar na mira do capital pela sua importância na preparação do novo trabalhador [...]; [...] a “nova escola” que necessitará de uma “nova didática” será cobrada por um “novo professor” – todos alinhados com as necessidades do “novo trabalhador” [...]; [...] tanto na didática como na formação do professor haverá uma ênfase muito grande no “operacional” nos resultados- a didática pode restringir-se cada vez mais ao estudo dos métodos específicos para ensinar determinados conteúdos considerados prioritários [...] e; [...] os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão ser considerados secundários – uma perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional. (FREITAS, 1995, p.127).

Freitas (1995, p.128) ainda preconiza que “é muito provável que estejamos diante de uma retomada do tecnicismo sob novas bases: uma espécie de neotecnicismo” e as possíveis consequências, advindas dos novos interesses do capital pela educação. Relaciona-se a isso, os tipos de capacidades exigidas pela nova base produtivo-capitalista que é criar novos tipos de relacionamento interpessoal com o objetivo de ampliar as iniciativas individuais e as motivações para trabalho. E para isto é importante o trabalhador ser capaz de trabalhar em equipe, saber relacionar-se com os outros, participar, expressar-se, propor soluções e oferecer sugestões (SANTOS, 2004, p.86).

Esse novo perfil do trabalhador, exigência da nova forma de organização do processo produtivo-capitalista, demanda formação que não pode ser oferecida apenas em treinamento de curto prazo e dentro da empresa (FREITAS, 1995). Esse novo perfil de trabalhador exige o desenvolvimento de “habilidades que necessitam ser desenvolvidas dentro do sistema educacional regular- ainda que não necessariamente dentro da escola pública” (FREITAS, 1995, p.127).

Neste sentido é que, no neotecnicismo pedagógico abordado por Freitas (2012), que a organização do trabalho pedagógico escolar deve ser pensada no sentido de formar um trabalhador polivalente e multifuncional com capacidade

para desempenhar simultaneamente várias funções diferentes. Além da formação polivalente e multifuncional, a escola deve empenhar-se em desenvolver nos trabalhadores capacidades flexíveis, a fim de fazer com que se adaptem mais “naturalmente” às mudanças do mundo do trabalho. Questões essas que vem ao encontro dos programas propostos pelo IAS como o ‘Educar para o século 21’.

Percebemos que, assim como os demais programas que o Instituto Ayrton Senna desenvolve, sua atuação ocorre especialmente na gestão escolar e no currículo das escolas públicas, considerada por ele como ineficiente e ineficaz para a formação desse novo trabalhador. Para isso se utiliza de programas padronizados para os diferentes estados do país e um forte controle e monitoramento dos resultados, como já vem sendo pesquisado ⁴. Ou seja, através da gestão da escola, da formação de professores, gestores e técnicos, o IAS busca modificar o conteúdo da proposta educacional, da gestão democrática para a gestão por resultados sob a lógica mercantil. Além disso, conforme já constatado em pesquisas anteriores, o financiamento em parte é público, mas o conteúdo da gestão é privada.

Presenciamos o ataque do sistema privado sobre a educação pública em que os objetivos das corporações empresariais interessadas em garantir o controle ideológico da educação se integram com os interesses da indústria educacional que fatura com a implementação destas estratégias (FREITAS, 2012). Ou os gestores públicos ficam atentos a essa disputa entre o público e o privado ou o PNE correrá sérios riscos de privatização da educação pública, exatamente privatizando o que é considerado bem público, a educação. Por isso, nunca a defesa da escola pública foi tão prioritária no discurso e nas pesquisas educacionais.

O Programa Circuito Campeão e as implicações na gestão da escola e da sala de aula

A lógica privada no sistema público passa a ser uma das propostas de privatização da educação promovidas por grandes empresas, bancos e por instituições do chamado Terceiro Setor. O que está em jogo no avanço da

4. Ver relatório da pesquisa nacional. Peroni e Adrião(2012).

privatização do público, é o conteúdo da proposta de educação e de gestão educacional através da mudança de currículos, formação de professores, material didático, entre outros, o que temos chamado de endoprivatização.

A pesquisa apresentada nesse artigo foi realizada em uma rede municipal do Rio Grande do Sul que adotou o Programa Circuito Campeão (PCC) do Instituto Ayrton Senna no processo de alfabetização de crianças aos seis anos. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2009 a 2012 e investigou como o PCC traz alterações na gestão pedagógica da escola e da aula. Foram entrevistadas a diretora da escola, a coordenadora pedagógica e duas professoras que estavam aplicando o PCC nas suas turmas. Buscamos investigar os eixos do currículo, planejamento, avaliação, formação dos professores e atuação do coordenador pedagógico. Para isso, observamos por dois meses o trabalho dos professores em aula.

Por currículo compreendemos a “organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no tempo e no espaço. Um currículo é a escola desempenhando a função que lhe é própria: o saber escolar” (SAVIANI, 2008, p.18). Entendemos, também, que o currículo não é neutro, mas condicionado pelas hierarquias sociais, raciais, de classe ou gênero. É, segundo Arroyo (2007, p.19), “a matéria prima com que a escola desenvolve sua concepção de currículo”. Para o autor, organizar a escola, os tempos e os conhecimentos, o que ensinar e aprender, respeitando a especificidade de cada tempo de formação dos alunos, não é uma opção a mais nas formas de organização escolar e curricular. “É uma exigência do direito que os educandos têm a ser respeitados em seus tempos mentais, culturais, éticos, humanos.” (idem, p.46).

O instituto atua na alfabetização, nos anos iniciais, nos anos finais, na distorção idade-série e recentemente nas competências sócio-emocionais.. Apresenta à sociedade diferentes programas, entre eles o Programa Circuito Campeão que tem como objetivo o gerenciamento da aprendizagem, através de um minucioso programa de gestão do ensino e da aprendizagem, utilizando-se de ferramentas gerenciais, na lógica de programas da Qualidade Total, muito presentes nas empresas brasileiras a partir dos anos 90 como a padronização, o ciclo do PDCA, o controle de processos e o controle de resultados,

o que é contraditório com a formação do novo trabalhador, mas ao mesmo tempo, considera os quatro pilares da educação proposto pela UNESCO conforme abordaremos a seguir.

Os indicadores e metas apresentados integram o programa e devem ser alcançadas pelas redes e escolas públicas de todo o Brasil, inclusive através de assinatura de convênio entre as partes. Segundo o IAS, são os indicadores e metas que garantem o sucesso do programa.

O referencial teórico principal do Programa Circuito Campeão, assim como dos demais programas do IAS, tem como referência principal o Relatório Delors (1998), da UNESCO. Juntando-se a isso, o IAS também se utiliza das concepções produtivistas representadas pela pedagogia tecnicista. O caráter produtivista dessa concepção pedagógica destaca a importância da educação no processo de produção econômica e necessita dotar a escola do máximo de produtividade, maximizando os investimentos nela realizados pela adoção do princípio da busca constante do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio.

O currículo do Programa Circuito Campeão está pautado na noção de competências que se materializa nas matrizes de habilidades e competências as quais servem de parâmetro para o planejamento do professor e se torna a ferramenta principal a que o professor deve recorrer para verificar se seu trabalho está compatível com o que foi proposto pelo programa. Essas matrizes se desdobram em fluxos das aulas, em que o docente organiza as atividades e as insere a partir de um padrão de planejamento pronto, com toda a sequência de aulas para o ano, portanto, um planejamento predefinido a partir das matrizes de habilidades (CAETANO, 2012).

Os currículos baseados em competências tornaram-se a base das reformas educacionais instituídas no mundo inteiro e trazem os mesmos princípios educacionais. A lógica das competências favorece a um esvaziamento dos conteúdos escolares, pois atribui um valor de uso a esses conhecimentos. No relatório da UNESCO, assim como no Programa Circuito Campeão, está a formação do trabalhador pela aquisição das competências, vinculado a um saber prático, utilitarista, a serviço da produtividade de um mercado que valoriza o saber fazer, dotando os indivíduos de comportamentos flexíveis que permitem

ajustar as condições de uma sociedade em que as próprias condições de sobrevivência não estão garantidas.

O programa aborda o planejamento do professor que segue uma rotina ou sequência de atividades preestabelecidas baseada em etapas: acolhida, correção da lição de casa, formação de hábitos de leitura, desenvolvimento da aula, revisão do dia e lição de casa. Apoiar-se na reprodução diária de momentos em que o professor acrescentará as atividades para cada etapa prevista, tendo como referência as matrizes de habilidades e competências. Esse modelo de planejamento assinala as competências finais a serem adquiridas pelos alunos e está baseada na padronização de processos, ferramenta utilizada na gestão gerencial como apresenta a coordenadora

O planejamento das aulas segue uma rotina. Precisa ter acolhida, chamada, retomada do dia (com leitura) e avaliação. A forma como isso se desenvolve está expresso detalhadamente nas planilhas (fluxo). A escola usou essa metodologia no primeiro e no segundo ano, mas, depois, o IAS não exigiu mais esse instrumento, pois a utilização desse não melhorou o desempenho dos alunos, ou seja, não agregou sucesso ao trabalho. As professoras entregavam o fluxo no início do ano, tendo um prazo para fazê-lo (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

A avaliação da aprendizagem utilizada pelo Programa Circuito Campeão tem como base as matrizes de habilidades e competências e utiliza como principal instrumento as provas cujo modelo é baseado na Teoria de Resposta ao Item, usada em avaliações internacionais e também no ENEM, enfatizando-se apenas o resultado final. Nesse caso, a avaliação é usada apenas na lógica do testar ou medir com o objetivo de compor as estatísticas do IAS. O programa foi concebido com a mesma lógica empresarial, criando estratégias focadas em resultados estatísticos, em que o aluno é mais um número.

Outra implicação deu-se quanto à avaliação baseada nas matrizes de habilidades e competências, bem como as avaliações externas que, antes da implantação do programa, não eram executadas. Sobre essa questão a professora diz

A reunião com a coordenadora foi pra fazer a avaliação da planilha, o que a gente tem que trabalhar, quais as habilidades que se têm de retomar, porque algumas ficaram lacunas, realmente a prova é bem difícil. E a prova é a partir das habilidades e competências, mas ali a gente viu algumas coisas diferentes, era para a gente trabalhar até o número 9 nesse 1º bimestre e veio até o 13 na Provinha, então eles me perguntavam “profe, como que é o 13?” e eu ia no ouvido deles e dizia é o 1 e 3, pois eu não tinha trabalhado, tinha que dar a resposta (PROFESSORA B).

Com a avaliação proposta pelo Circuito Campeão, o enfoque passa a ser estatístico nos resultados. Por isso, na escola, foi implantado o projeto de reforço escolar para alunos com dificuldades, objetivando a melhoria dos resultados e apoiando as turmas do programa.

Para atuar no Programa Circuito Campeão, o docente participa de uma formação continuada que se compõe de uma capacitação de 40 horas, recebendo, também, assistência do coordenador pedagógico que acompanha a execução da proposta ao longo do ano. Esse acompanhamento ocorre a partir de visitas, reuniões e através de intervenções pontuais do coordenador. Na formação continuada, são reforçados os comportamentos e as características que o professor deve apresentar conforme o formato do programa. Há uma uniformização dessa formação, do tipo treinamento, com materiais iguais para todos, seja para coordenadores ou professores.

Essas formações se caracterizam pela supervisão em relação à aplicação do método gerencial e dos resultados, servindo, também, para que o coordenador pedagógico possa dar sugestões práticas de atividades ao professor. Além disso, caracteriza-se por uma formação prática com ênfase nos conhecimentos experienciais, descartando bases teóricas apoiadas na reflexão filosófica que possibilita ao educador a superação de uma compreensão para a prática pedagógica incoerente, desarticulada e simplista (SAVIANI, 2008). A formação, que possui um manual de treinamento a ser seguido pelo coordenador da escola, imobiliza o docente de refletir sobre os problemas reais e concretos que se apresentam na realidade educacional, pois focam e reforçam apenas o saber

prático, quando, conforme Freitas (2012), a prática deveria se refletir na forma de teoria que é desenvolvida na prática.

O coordenador pedagógico da escola que também utiliza o material padronizado da sistemática do programa é o principal referencial para a formação dos professores, recebendo as orientações mensalmente do coordenador municipal. O modelo adotado pelo IAS, tendo a figura principal centrada no coordenador, não é nova e se baseia na função de controle sobre o trabalho do professor, caracterizada pelo controle sobre o processo de ensino do professor para promover supostas condições de melhoria e ressaltando a divisão do trabalho no interior da escola.

Conforme a professora, a coordenadora verifica os planos de aula. Além disso, cobra as matrizes, as habilidades e as competências. A professora revela que, em alguns momentos, tem dificuldade de fazer os planos e solicita sugestões para a CP que, então, lhe auxilia. Quando questionada sobre o papel do diretor, ela diz: “o papel do diretor é fazer com que o projeto aconteça.”. Ou seja, o protagonista do programa, como bem disse a Coordenadora Municipal, é a coordenadora da escola (CAETANO,2012)

O modelo instituído pelo Programa Circuito Campeão, para consagrar o trabalho do coordenador pedagógico, visa manter e controlar os padrões de ensino relacionados ao trabalho do professor através de relatórios e fluxos de informações que precisam ser realizados diariamente, semanalmente, quinzenalmente e mensalmente, tornando o coordenador da escola assim como o professor meros executores do programa.

A proposta do Programa Circuito Campeão, ao ser implantado nas escolas, desconsidera os processos e os sujeitos ao apontar que sua proposta pode ser aplicada independente da concepção de educação e método de trabalho, sendo uma proposta padronizada para todas as escolas do Brasil, ao mesmo tempo em que os docentes são excluídos do processo e da construção da gestão democrática. Isso fica evidente quando tanto no planejamento quanto na avaliação tudo já está delineado e organizado pelo próprio programa. Na aplicação do

Programa Circuito Campeão há o esvaziamento do conteúdo pedagógico, pois o processo de gerenciamento aniquila o conteúdo pedagógico relacionado ao ensino e aprendizagem, tornando-o um processo mecanizado, baseando a aula em um produto pronto e organizado através de manual, conforme o padrão da empresa, desconsiderando o espaço em que está inserido o discente.

É nesse contexto que o programa trouxe implicações na gestão da educação a partir da assinatura da parceria entre o Instituto Ayrton Senna e o município. A secretaria de educação tinha clareza de que não era uma metodologia, mas uma proposta de gestão, que se alinhava às concepções de gestão da educação municipal. As implicações decorrentes da implantação do programa modificou a lógica de gestão anteriormente usada pela secretaria e influenciou diretamente na gestão pedagógica da educação e da escola .

No currículo, a introdução das matrizes de habilidades e competências tornaram-se referência para a gestão do currículo municipal.

“A gente pegava os conteúdos e inseria nas habilidades”, complementa a CP da escola. O município trabalhava até então com conteúdos e objetivos, e o programa com habilidades e competências. A gente faz um trabalho paralelo, usa matrizes do circuito, usa o material da secretaria. O material é básico, de acompanhamento, visita em sala de aula, as observações são o mesmo para todos. Inclusive dos outros programas do instituto como Se Liga, Acelera. O que precisa considerar é que eles são muito ricos, eles te dão a faca e o queijo é só colocar em prática. (COORDENADOR PEDAGÓGICO DA ESCOLA, 2008).

Ainda em relação ao currículo, deu-se ênfase às áreas de português e matemática em detrimento de outros conhecimentos também considerados fundamentais para o desenvolvimento de um aluno aos seis anos. O planejamento a partir da rotina e da sequência estabelecida pelo Programa Circuito Campeão ficou estabelecido para os anos iniciais, inclusive inserindo o professor que trabalha com os projetos da hora-atividade e também o professor substituto que deve seguir a rotina das aulas.

Quanto às aulas, as implicações do Programa Circuito Campeão evidenciam as mesmas características apontadas nos eixos analisados.

Agora, os professores fazem plano trimestral e um fluxo mensal. A escola implantou o programa no quarto ano por iniciativa própria, sem ter a parceria com o IAS. As professoras sentiam-se mais seguras, pois elas sabiam que naquele mês ia trabalhar isso, argumenta a coordenadora. O fluxo é a organização das aulas. Ele é bem detalhado, pois apresenta o dia da semana, o tema, o conteúdo e as habilidades. Para a coordenadora, o trabalho é desafiador e não é possível garantir que será colocado em prática (COORDENADORA PEDAGOGICA, 2012).

Uma aula com um padrão estabelecido é esvaziada de conteúdo pedagógico, tornando-se um processo quase que fabril. Mesmo que a professora relate que usa sua metodologia, essa não deixa de estar ligada apenas ao conjunto de atividades que ela poderá desenvolver nos momentos estabelecidos e abertos pela rotina do programa e cronometrados em função da utilização do tempo para cada atividade.

Considerações

Como introduzimos neste artigo, avançam as formas de privatização da educação no Brasil e no mundo que vêm alterando a maneira como a educação é planejada, organizada, gerida e como o currículo é definido. Também altera a forma como o desempenho dos alunos é avaliado.

Nessa mesma abordagem, essas tendências alteram o conteúdo da educação através da formação dos professores; de gestores escolares, das atividades das escolas no cotidiano. O investimento pelas empresas privadas na formação dos professores e gestores e a alteração da lógica de gestão, de democrática para gerencial, é um componente chave da maioria das versões de privatização, ameaçando alterar tanto as formas quanto o conteúdo do trabalho na escola, atingindo diretamente a cultura escolar e a relação estabelecida entre professores, alunos e comunidade no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem.

As mudanças que vêm ocorrendo na gestão da educação nos últimos anos mostram que essas não são apenas alterações técnicas. Há introdução de uma nova cultura com uma nova linguagem e um novo conjunto de papéis, posições e identidades. Dessa forma, modifica-se, conseqüentemente, o significado da educação, alterando o significado de ser um professor, aluno, pai, formando uma visão hegemônica mercantil. Não são simplesmente os serviços de educação e de ensino que estão sujeitas a formas de privatização: a própria política de educação - por meio de assessorias, consultorias, pesquisas, avaliações e redes de influências.

Estamos assistindo realmente à privatização da dimensão política da educação, dimensão da “coisa pública”, de modo que, em última análise, há implicações na relação democrática entre Estado e sociedade, bem como a despolitização dos quadros educacionais. Isso gera implicações profundas para a educação, para a sociedade e para a democracia.

Em relação ao Instituto Ayrton Senna ele opera como formulador de políticas públicas com base numa visão mercantil como apresentamos no decorrer do artigo e atualmente redefiniu seu foco de atuação visando contribuir com sua lógica empresarial para atingir as metas do Plano Nacional de Educação. As conseqüências dessa atuação do IAS podem ser dramáticas, nefastas e desastrosas, pois a mercantilização-privatização rebaixa a qualidade do ensino e desconsidera a riqueza cultural, antropológica e social de todos os envolvidos no processo pedagógico (LAVAL, 2004, p. 311).

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo, educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Orgs. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BALL.S.; YOUDELL. D. **Hidden Privatisation in Public Education**. Institute of Education. University of London, Bruxelas, 2008. Disponível em: < http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball_ENGLISH.pdf>. Acesso em: 30 abril. 2015.

CAETANO, M. R. As influências do terceiro setor na educação pública: o projeto piloto de alfabetização e as implicações na gestão da escola. **Cadernos de Educação -UFPEL (on line)**, v. 1, p. 282-298, 2012.

CAETANO, M. R. Gestão da Educação no contexto da privatização do público: o caso do Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco. In: XXVII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: **Anais** [Recurso Eletrônico], 2015, Olinda-PE. 2015.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** [online]. 2012, vol.33, n.119, pp. 379-404.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Londrina: Planta, 2004.

PERONI, Vera (org). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber, 2013.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação** .v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.

SANTOS, Oder José. Reestruturação capitalista: educação escolar. **Revista Trabalho e Educação**, vol.13, n.1-jan./jul. 2004. p. 79-89.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008 .

Recebido: 05/07/2016

Aceito:20/05/2017